



## SEGUNDA PROVA ESCRITA

### INSTRUÇÕES

1. **Aguarde a autorização para abrir este CADERNO DE QUESTÕES.**
2. Este caderno contém uma dissertação e duas questões.
3. O caderno de respostas contém folhas pautadas, para as **respostas**, e sem pauta, para **rascunho**.
4. As folhas de respostas deverão ser numeradas pelo candidato na seqüência da utilização.
5. **O VERSO DAS FOLHAS NÃO DEVERÁ SER UTILIZADO EM NENHUMA HIPÓTESE.** Ao término de cada resposta, inicie a outra na primeira linha de folha separada, com o **reinício da numeração. Não misture respostas na mesma folha.**
6. Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
7. Os rascunhos **NÃO** serão considerados para fim algum.
8. É permitida a consulta à legislação desacompanhada de qualquer anotação ou comentário. É expressamente **vedado** o exame de jurisprudência, súmulas ou exposição de motivos dos códigos. A transgressão implicará a pronta **eliminação** do candidato.
9. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas improrrogáveis.
10. **Aguarde a ordem para o início da prova.**
11. Não coloque fora do quadro de identificação, localizado na capa do caderno de respostas, qualquer sinal de identificação, sob **pena de anulação** de sua prova.
12. Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro, lavrando-se o respectivo termo.



### DISSERTAÇÃO:

Milhares de consumidores pactuaram, individualmente, arrendamento mercantil, com cláusula contratual de reajuste vinculado à variação cambial do dólar norte-americano - veículos automotores novos, nacionais e importados, como objeto da avença.

Durante 6 anos, as moedas nacional e estrangeira mantiveram a paridade de 1 por 1 – ou algo muito próximo, com variações econômicas irrelevantes.

Ao fim deste período de estabilidade monetária, por conta de crise internacional, a moeda norte-americana passou a valer o dobro da nacional.

Como decorrência da repercussão deste fato sobre os contratos, o Ministério Público Federal, a Associação das Vítimas do Mercado Financeiro e da Globalização e a Ordem dos Advogados do Brasil ajuizaram ação civil pública, na Justiça Federal, em benefício de todos os consumidores-contratantes.

Os fundamentos da ação: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, da Constituição); a garantia do desenvolvimento nacional, da erradicação da pobreza e da redução das desigualdades sociais (art. 3º, da Constituição); os princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, da Constituição); o direito à revisão de cláusula contratual, em razão de fatos supervenientes que a tornem excessivamente onerosa (art. 6º, V, e 51, IV e § 1º, III, do Código do Consumidor).

No pólo passivo da ação, foram incluídas a União – além de alguns fundamentos acima especificados, por não garantir a estabilidade e o poder efetivo de compra da moeda de sua emissão (art. 21, inc. VII, da Constituição) – e as instituições financeiras contratantes – tomadoras dos recursos, em moeda norte-americana, no exterior.

Os pedidos: veto ao uso do indexador cambial, a partir da desvalorização citada, e o reajuste dos contratos por índice nacional de preços ao consumidor, calculado com base na variação mensal dos custos da cesta básica de alimentos, do vestuário e da habitação, para famílias com renda de 1 a 6 salários mínimos.

**Dissertação sobre a legitimidade das partes, a competência, os fundamentos e os pedidos da ação, a licitude e a extensão do risco econômico-jurídico assumido pelos contratantes.**



**1ª QUESTÃO:**

Considere a eficácia dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (reserva do possível, mínimo existencial), assegurados pela Constituição de 1988, e a desvinculação de 20% (vinte por cento) da arrecadação, pela União, de contribuições sociais. Existem, ou não, reflexos da desvinculação sobre estes direitos?

**2ª QUESTÃO:**

São brasileiros natos, conforme a Constituição, os nascidos no território brasileiro. O que é exatamente o **território brasileiro** para fins de determinação da nacionalidade *jure soli*?